

Discurso do Excelentíssimo Senhor Bastonário da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, José Rodrigues de Jesus

Sua Excelência, Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais

Excelentíssimo Senhor Representante do Banco de Portugal

Excelentíssima Senhora Representante da CMVM

Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho do EFRAG

Excelentíssima Senhora Bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados

Excelentíssima Senhora Vice-Presidente da Comissão de Normalização Contabilística

Caras e caros colegas,

Cabe-me a honra, enquanto Bastonário da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, de proferir, juntamente com a Colega Paula Franco, as palavras de encerramento deste Encontro. E as minhas primeiras palavras são de satisfação e até agradecimento por nos ter sido dada a possibilidade de acolhermos em Portugal esta reunião, que correu tão bem, e que foi tão proveitosa.

Expressar agradecimento e satisfação por sermos os anfitriões dos trabalhos é para nós, portugueses, algo muito sentido e sincero. É sabido que somos reconhecidos pela nossa hospitalidade e pela sua abertura ao Mundo.

Somos naturalmente um povo hospitaleiro, um povo que gosta de receber outros, de com outros partilhar experiências e conhecimentos. Somos, até, os responsáveis pelo que se pode chamar o primeiro fenómeno de globalização. Daqui, do Terreiro do Paço, saíram há mais de 500 anos as nossas caravelas, com o sonho e o desejo da descoberta. Descoberta de novas terras, de novos povos e de novas culturas.

É curioso pensar que, desde cedo, desde essas nossas viagens pelo mundo, de naus a cruzar os mares desconhecidos, que nos caracterizamos por responsabilidades de prestação de contas. Os navegadores daquela época tinham de prestar contas aos financiadores, em especial à Coroa Portuguesa. É nossa preocupação desde então o relato financeiro, a transparência da prestação de contas, o seu rigor, sistematização e credibilidade. Estes são temas que nos são queridos e naturais e é em seu redor que foi nascendo e se afirmando a, agora, Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

É, então, com enorme prazer que assisti a estas jornadas de discussão, centradas na apresentação e discussão de processos que levam necessariamente a aperfeiçoamentos de normas europeias de contabilidade, de trabalhos que levam à sua adoção e do seu enquadramento face a futuros desafios. Ouvindo e debatendo sobre normas e processos de âmbito europeu é um caminho seguro para concluir sobre as nossas normas locais e a sua adequada aplicação e desenvolvimento.

Não há melhor sítio para falar sobre isto: Temos de olhar para os quadros que estão na parede à esquerda, de quem está virado para a porta, uma preciosidade.

(O Senhor Bastonário da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas interrompeu o discurso e aproveitou para aludir aos três painéis de Martins Barata que estão no Salão Nobre do Ministério das Finanças: um, em que se encontra o Rei D. João I a dar a quitação, por perdão verbal, a um responsável, que jura com a mão sobre os Santos Evangelhos, ser verdadeira a reconstituição oral que faz, da sua responsabilidade; outro que representa um ato de liquidação de uma conta na Casa dos Contos, no tempo do Rei D. Afonso V; e o terceiro que mostra um ato de liquidação de uma conta na Casa dos Contos, no tempo do rei D. Afonso V.)

Cabe-nos, a nós, Revisores Oficiais de Contas, garantir a qualidade da informação das empresas portuguesas. Temos a responsabilidade e o dever de assegurar ao público e aos diferentes *stakeholders* que a informação financeira produzida pelas nossas empresas é verdadeira e fidedigna, é útil e relevante, é comparável e consistente.

Se, por um lado, nós, os Revisores Oficiais de Contas, cuidamos de proteger as Normas da impetuosidade da Empresa, é, por outro, nossa preocupação permanente proteger a própria empresa, enriquecendo-a e fortalecendo-a através de uma linguagem própria e rigorosa, protegendo assim forças que asseguram o melhor funcionamento dos mercados.

O correto entendimento do papel dos Revisores Oficiais de Contas é, então, virtuoso para o desenvolvimento das empresas portuguesas e dos seus mercados.

Em Portugal a preparação da informação e o relato financeiro são acompanhados por duas profissões distintas, os contabilistas e os auditores, cada qual regulada pela sua própria Ordem. Estamos naturalmente ligados pela linguagem técnica que nos acompanha, linguagem essa que segue de perto os desenvolvimentos internacionais e o enquadramento legislativo europeu. Sabemos, naturalmente, que o nosso país, as nossas empresas e os nossos interlocutores financeiros apresentam características próprias da nossa cultura e tradição. Preocupa-nos, então, a adaptabilidade das normas ao nosso ambiente, a sua interpretação à luz do nosso contexto, a sua aplicação em continuidade, com flexibilidade suficiente para ir apresentando novas realidades e complexidades.

O atual sistema de normalização contabilística baseia-se nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB, balizadas pelas regras impostas pela Diretiva 34. É um sistema que permite às nossas empresas comunicar com leitores internacionais, mas que garante a adaptabilidade de normas globais às especificidades próprias do contexto Português. São preocupações de flexibilidade e de adaptabilidade que estão na base do modelo Português escolhido para regular a linguagem financeira. Da mesma forma, ao EFRAG, com quem hoje debatemos processos evolutivos de normas de contabilidade, cabe-lhe a europeização das mesmas normas globais, previamente desenhadas para contextos que extravasam os limites europeus, as suas necessidades e as suas virtudes.

Uma palavra muito importante:

Não há qualidade de País sem a excelente qualidade da informação contabilística do setor público. O governo e a CNC estão a dedicar a esta parte da informação um denodado esforço, no qual a Ordem tem uma quota de empenhamento que muito justamente se permite assinalar.

Creemos que com eventos de partilha como o que hoje vivemos vamos no caminho certo da discussão construtiva, em que a empresa e o relato financeiro aparecem como preocupação central.

Minhas Senhoras e meus Senhores

As caravelas do séc. XXI são as empresas. São elas que sulcam e desbravam os novos mares do mercado aberto, enfrentando permanentemente novos e desconhecidos desafios. Tal como há 500 anos, o relato financeiro, o rigor e a transparência são fatores de confiança e de sucesso. Cabe-nos o relevante papel de assegurar o sucesso das nossas caravelas, ajudando a que tenham sempre o vento de feição. É isso que nos move.

Da parte da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas resta-me agradecer a presença de todos, em especial nos nossos convidados do EFRAG, ficando já aqui o desafio para voltarem, para em conjunto debatermos uma vez mais o futuro do relato financeiro.

Muito obrigado,

José Rodrigues de Jesus

Lisboa, 5 de fevereiro de 2019